



Santos Oliveira // PI, Brasil "Representa a teoria freiriana hoje e no futuro."

A atualidade do precariado: O mundo do trabalho e o saber-fazer de um povo

José Cleiton Maciel Neto¹

Resumo // O presente artigo tem como objetivo discutir o conceito de precariado, como uma categoria chave para entendermos uma fração compósita e diversa da classe trabalhadora, bem como, entender a suas dimensões importantes no campo econômico, político e ideológico. Somado a isso, a proposta segue em identificar algumas mudanças sociais que se avizinham ou já fazem morada no Brasil, em especial no mundo do trabalho. Além disso o artigo tenta apontar para alguns possíveis elementos da paralisia do precariado como força social ativa e quais são as metamorfoses contrainsurgentes nos territórios onde o proletariado precarizado transita.

Palavras-chave // precariado; mundo do trabalho; educação popular.

1 Militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD, Graduado em Filosofia.

O presente artigo tem como perspectiva oxigenar mais ainda o processo de discussão de dois campos que se combinam e são ímpares para a análise da sociedade, bem como, das perspectivas de contribuição para uma melhor compreensão do trabalho, da prática política das classes trabalhadoras, em especial do sul global. Combinando como instrumental teórico, a sociologia do trabalho e a educação popular no terreno do marxismo, essas mesmas, estão como base da análise desse povo perigoso, que foi marcadamente a insígnia de constituir a força motriz do processo de formação do nacional-desenvolvimentismo e da pactuação forjada, a custo de muita luta e reinvenção imaginativa, para o exercício de uma cidadania salarial, de uma sociedade que mesmo contraditória, estava ancorada sob direitos sociais de uma cada vez mais crescente parcela da população brasileira no século passado, do ideário de um trabalhador nacional urbano.

Deste modo, o precariado notadamente dotada de um conteúdo explosivo e rico da história recente do capitalismo dependente brasileiro, desde a década de 1990, atravessa por um longo estágio de privatizações dos serviços essenciais para a vida moderna urbana, espoliação paulatina dos recursos naturais, da mais-valia social e do padrão de consumo de bens, assim como a financeirização do trabalho, marcada pela superexploração da força de trabalho acrescida de um aprofundamento geral da concepção de opção do desenvolvimento reprimarizador, com baixa industrialização e uma relação volátil de oferta de serviços, sempre a depender dos parcos crescimentos econômicos trimestrais do PIB, frente uma fragmentação maior da classe trabalhadora, individualização do processo produtivo do trabalho e baixa capacidade organizativa do sindicalismo. Portanto, se pudéssemos brincar com a história, poderíamos emplacar um título como: Paulo Freire visita o precariado do século XXI e fica indignado.

Certamente, compreender a essência do precariado no contexto atual, de conformação de uma multipolaridade de potências globais, aprofundamento da crise do capital no contexto mundial, fim do ciclo neodesenvolvimentista e a ascensão do neofascismo na realidade brasileira não é uma tarefa fácil. E serão limitações que de forma elaborada não serão aventadas nesse texto. Há sempre uma multiplicidade de determinações que, ora fugirão ao processo de pesquisa e escrita sobre o tema - ainda mais no formato de/deste artigo-, ora serão insuficientes pela dinâmica frenética que o capital e os conflitos de classes impõem na realidade a despeito das mais belas análises teóricas-metodológicas. Daí a instrumentalidade de resgatar o pensamento de Paulo Freire, da educação popular, se faz necessária. Não para erudir com seus pares sobre limites, ou retificações epistemológicas e

sim, para ser mais um texto, dos vários que já nos alegram e contribuem para a formação política dos oprimidos, como os que virão, com novas visões de mundos, fomentando a pesquisa e a educação para o exercício da prática da liberdade, de povos do mundo, de trabalhadores e trabalhadoras como um todo, do precariado brasileiro e seu pensamento estratégico.

Em vista disso, o artigo pretende balizar três temas gerais. Dividida em 2 seções e respectivamente suas subseções. Na sua primeira parte dialogando com a perspectiva do conceito de Precariado desenvolvido por Ruy Braga, tentaremos aprofundar e polemizar com tal conceito, afim de retificá-lo, ancorando-se sob a concepção marxista-marxiana do que venha a ser essa força social e fração de classe, de sua importância vital no campo econômico no que Marx chama o processo de *rotação do capital*, para então apresentar o papel desenvolvido do precariado na economia dependente brasileira no campo dos serviços.

Na segunda seção, iremos situar de forma breve, sob a luz de dados secundários a atuação do precariado brasileiro nas novas mudanças do mundo do trabalho, das suas novas metamorfoses, que se inserem no esgarçamento do contexto atual do neoliberalismo, bem como, quais são as características que pulsam no seio do precariado, em especial o brasileiro, e os possíveis caminhos por intermédio da educação popular para sua conformação de capacidade em se constituir como força social organizada.

Alertamos que a nota de rodapé não é apenas algo indicativo, e sim, parte substancial das tentativas de explicação das questões relevantes do texto. Embora seja chato trocar o olho de uma leitura atenta e sequencial para ler nota de rodapé, advertimos que o remetente é do time dos que gostam de nota de rodapé.

Para mais, combinar educação popular e sociologia do trabalho, com o recorte dos oprimidos dos grandes e médios centros urbanos, de um povo que foi marcado pela forja de máquinas, prédios, automóveis, serviços e cuidados etc., dos último e presente séculos, banhando as ruas e fábricas de cada lugar do Brasil profundo de lágrimas, sangue, suor e alegrias, impelem a assumir a gostosa e difícil tarefa de falar a verdade, como Brecht² já nos avisara antes.

2 Bertold Brecht no assim panfleto político escrito contra os fascismos e divulgado na Alemanha nazista, Brecht escreve sobre as 5 dificuldades de se falar a verdade, a saber: deve ter a inteligência de reconhecê-la, embora ela se mostre permanentemente disfarçada; deve entender da arte de manejá-la como arma; deve ter a capacidade de escolher em que mãos será eficiente: deve ter a astúcia de divulgá-la entre os escolhidos. Para saber mais, acessar o texto no sítio Marxist.org, disponível no link: <https://www.marxists.org/portugues/brecht/1934/mes/verdade.htm>

1. Mas afinal, o que é o Precariado

O marxismo, como campo unificado, tem três dimensões basilares, a saber: a teoria social, a economia política e a dialética materialista. Essas três dimensões combinadas estiveram sempre no escopo da preocupação de Marx e Engels e de seus sucessores, aprofundando o marxismo em diferentes partes do mundo, sempre adequando a teoria a realidade e não o contrário. Além disso, o marxismo se preocupou em incorporar, embora polemizando e retificando outros saberes que foram sendo constituídos a partir do chão onde se pisa, afim de investigar outras dimensões particulares da realidade a sua volta, sempre interligando-a ao processo universal da teoria marxista. Não foi diferente então, a relação entre a sociologia do trabalho com o marxismo, muito menos com a sociologia do trabalho - em especial a francesa - que produziu o conceito e noção de precariado, a partir da década de 1980 e 1990.

Autores seminais como Guy Standig, Robert Castells, Ruy Braga e Giovanni Alves, sobre a insígnia deste precariado se preocuparam em compreender *pari passu* a sua conformação e desabrochar da consciência, expressa nas suas formas organizativas, pautas reivindicativas, a sua relação com os respectivos estados nacionais onde os estudos foram feitos, a reestruturação produtiva e mudanças estruturais no mundo do trabalho. Porém, sendo um terreno com um objetivo comum de análise, o precariado e sua compreensão sobre quem é esse sujeito histórico em cena, gera diversas discussões e “cisões” em sua forma de interpretar o tema. Contudo, antes de aprofundarmos sobre a problemática teórica que circundam o tema, que-riamos chamar atenção, não obstante, gerais, que são decididamente elementares para que não se cause confusões relacionadas a compreensão do que é o trabalho e classe para Marx e o marxismo numa perspectiva de superação do capitalismo. Embora não aprofundemos e ousemos a tratar de questões filosóficas sobre o trabalho no terreno marxista, lançar luz a essa questão não é menos importante, afim de demarcar de forma política de que a teoria, ou a sociologia do precariado não se sobrepõe a realidade.

Assim, para (Marx, 2004) o trabalho é uma atividade humana vital e todo e qualquer trabalho que constitua serventia para a humanidade tem um valor positivo, necessário e importante. Além disso, a construção da nossa percepção

de classe trabalhadora também é ampla, em que em última instância, a classe trabalhadora é definida pelo conjunto do povo-que-vive-do-trabalho. Dito isso, há também um conjunto de nuances, mediações complexas e ricas da análise da relação capita-trabalho e o assim chamado estatuto teórico das classes sociais inseridas no modo de produção capitalista a serem ambientadas.

1.2 Uma identidade a ser construída

Certamente, conceitualizar um povo, uma fração da classe trabalhadora pode gerar um duplo estranhamento. Perguntas válidas como, “será que não seria perigoso fragmentar mais ainda a classe trabalhadora em conceitos abstratos? Será que o precariado não seria apenas mais um conceito acadêmico que controlam as ‘narrativas’ do povo brasileiro?” A resposta seguramente, é... não. Seria se assim, o precariado não fosse um conceito histórico a ser produzido³, da capacidade de se entender e se reinventar-se no limbo da história nacional, entre o moderno e o arcaico. Neste sentido, a história brasileira é rica e tem ensinamentos exemplares e instigantes que gracejam ainda mais, sermos familiares com o que é esse precariado e sua capacidade política, permeada pela educação popular na sua ciência de encontrar caminhos para a sobrevivência em articulação com a luta maior, a luta de classes. Ademar Bogo, um dos principais teóricos e fundadores da história do

3 A ideia sobre o conceito histórico e concreto a ser produzido tem a ver com a relação de uma permanência de elementos, componentes internos dos conceitos que podem ser preservados, mas que outros diversos componentes de coesão de uma noção do conceito, categorias que operam para explicar a sociedade se alteram pelos conflitos vivos da luta de classes em cada formação social, onde a vida útil do pensamento vai sendo usual, explicada até o momento mudanças estruturais vão acontecendo e se produzindo novos conceitos. Engels, polemizando com teóricos de outras vertentes e até mesmo do marxismo positivista, alerta acerca da produção teórica no terreno do marxismo: Para o metafísico, as coisas e seus retratos ideais, os conceitos, constituem objetos de investigação isolados, a serem analisados um após o outro e um sem o outro – objetos sólidos, petrificados, dados de uma vez para sempre. Ele pensa unicamente mediante antagonismos não mediados: ele diz sim, sim, não, não, e o que passar disso é do mal [...]. Para ele, uma coisa existe ou não existe: uma coisa tampouco pode ser, simultaneamente, ela própria e outra coisa. Positivo e negativo se excluem de modo absoluto; causa e efeito igualmente se encontram num antagonismo petrificado. Para a dialética, [...] que concebe as coisas e seus retratos conceituais essencialmente em seu nexos, em seu encadeamento, em seu movimento, em seu devir e fenececer, processos como os anteriormente mencionados são outras tantas confirmações do seu próprio modo de proceder. [...] Uma exposição exata da totalidade do mundo, de seu desenvolvimento e do desenvolvimento da humanidade, bem como do espelhamento desse desenvolvimento na mente das pessoas, só poderá ser efetivada, portanto, pela via dialética, mediante a observação constante das interações universais do devir e fenececer, das mudanças progressivas e retrocessivas” (Engels, 2016, p. 50-52).

MST, em seu livro *Identidade e Luta de Classes*, relembra o processo de surgimento e ascensão da identidade, do assim então chamados sem-terra:

Daquele momento em diante, a gramática [sem-terra] ganhou um novo vocábulo e a classe trabalhadora uma nova categoria que se insurgiu provocando novas contradições, elevando-as tanto em quantidade quanto em qualidade nas disputas econômicas e políticas da sociedade brasileira. Ao se organizarem em movimento, os sem-terra- substantivo composto- tornaram-se sujeitos: Sem Terra. (Bogo, 2010, p. 136).

Dessa maneira o proletariado precarizado ou precariado - a exemplo dos *Sem Terra-*, não é apenas um recorte e junção de palavras do substantivo e adjetivo que o acompanha, mais uma fração da classe trabalhadora que, mais a frente, veremos, esteve sempre integrada de forma central, ao processo de desenvolvimento do modo de produção do capitalismo brasileiro, sendo a mola indutora do desenvolvimento nacional e da luta política da classe trabalhadora no Brasil. Contudo, acreditamos ser importante apresentar um denominador comum acerca do que são classes sociais e frações de classes, afim de não se cometer o erro de ora cairmos no economicismo, da compreensão de classe, nem ora cairmos, na compreensão politicista da mesma. Advertir essa preocupação nos ajudará a retificar e polemizar o entendimento sobre o precariado com Ruy Braga, alargando a compreensão do que venha ser essa força da sociedade brasileira e seus desdobramentos.

Nos situaremos sobre a concepção de classe e fração de classe, pelas contribuições do filósofo grego Nicos Poulantzas. Para (Poulantzas, 2019), Marx estabeleceu duas relações distintas e complementares para análise da história e do capitalismo, o modo de produção e a formação econômica social. O modo de produção então, seria abstração representada pela síntese das estruturas econômicas, políticas e ideológicas que revestiriam e produziriam práticas próprias e tais estruturas no campo abstrato das ideias. Por sua vez, a formação social seria a história recorrente, a unicidade concreta não pura, onde diversos modos de produção e suas formas particulares de atuação que apresentariam instâncias do ponto de vista econômico, político e ideológico contraditórios, como apresentado de forma descritiva do que seria a sociedade capitalista determinada nas formações econômica sociais. Além disso, no capitalismo a condição de classe não exprime apenas a relação entre capital-trabalho e sim pela condição das relações sociais de produção. Seguindo sob a pena do autor, o filósofo grego assinala:

A rigor, as relações de produção enquanto estrutura não são, portanto, classes sociais: e não me refiro aqui à realidade empírica do “grupo”, e sim ao conceito de classe, querendo dizer com isso que o conceito de classe não pode recobrir a estrutura da relação de produção. Estas consistem em formas de combinação, sendo a relação das categorias do capital e do trabalho assalariado expressa por um conceito particular, o de mais-valia. Nessa perspectiva, o capital e o trabalho assalariado não evidentemente as realidades empíricas dos “capitalistas” e dos “operários”, mas também não podem ser designados por um conceito- as classes sociais- que cobre de fato as relações sociais. (Poulantzas, 2019, p.67)

Essa definição nos importa muito. Porque a partir dessa noção o conceito de classe não se restringe ao domínio da relação capital-trabalho, principalmente se incorporamos as formulações de formação econômica social e modo de produções na particularidade, dessa mesma formação social. Ela tem importância na medida em que podemos neste primeiro momento apreciar a reformulação de Ruy Braga sobre o precariado em relação a Guy Standing e Robert Castell⁴. As afirmações anteriores ensinam duas questões elementares que precisam ser assentadas sobre a realidade que constitui essa fase da crise brasileira, combinada com as condições estruturais do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, interligadas com o todo da estrutura social de nossa formação. Por exemplo, para Ruy Braga, na sua lógica, o proletariado precarizado é formado pela superpopulação relativa, dos segmentos da população latente, flutuante e estagnadas. A população latente, seria

4 Corretamente, Ruy Braga contribui para a conformação da noção de precariado em relação ao Guy Standing e Robert Castell, ao identificar que esse sujeito histórico, não é apenas uma franja ou um efeito fenomênico do aprofundamento da crise neoliberal em detrimento da dissolução dos resquícios da sociedade fordista, de bem estar social. E sim, uma condição imanente, características próprias, antes dos países periféricos, subdesenvolvidos, que se espraiaram para todo o sul-global, compreendendo que países do elo débil da cadeia imperialista, como Espanha e Portugal também apresenta uma massa de trabalhadores e trabalhadoras precarizados, com baixas remunerações, nenhuma proteção salarial e sob a égide da ameaça de exclusão social também, acompanhada evidentemente, das violências estruturais sofridas pelas condições de raça e gênero. Decerto, países desenvolvidos, do Norte Global, dada a sua subordinação de uma maior abertura de contas capitais, financeirização do trabalho, transferência de plantas produtivas para o Sudeste Asiático em troca de custos baixos do valor unitário da força de trabalho, somadas ao fluxo massivo de imigração do oriente médio e países africanos produziram uma franja maior dessa fração de classe subalterna, em países como França, Alemanha, EUA. Para mais detalhes sobre a polêmica acerca do que é o precariado, ver Ruy Braga: A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. 2013, p. 13-15.

a massa de trabalhadores e trabalhadoras que ao serem atraídas pela promessa de uma cidadania salarial e inclusão de direitos básicos universais, migrariam para as cidades industriais ou cidades com maiores atividades econômicas, para se integrarem a ocupação de postos precarizados no ramo principalmente da produção industrial e construção civil. Já a população flutuante, seria a parcela de trabalhadores/as que seguem ocupando postos de trabalho precarizados e vivem em uma constante rotatividade de empregos nos diversos setores dinâmicos da economia. Por sua vez, a população estagnada estaria no limbo da informalidade, individualização e intermitência da oferta da força de trabalho. Portanto, “excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada⁵” teríamos o precariado do sul global, não como exceção, mas como regra da condição estrutural da precarização do trabalho e um dos indícios do subdesenvolvimento dos países periféricos.

Em nossa compreensão é demasiado circunscrito ao campo econômico a exclusão do pauperismo, sem considerar um arco de determinações múltiplas que envolvem a relação causal de se constituir como uma classe e fração de classe, forjada como força social. Se para Marx, no processo de desvendamento do modo de produção capitalista, olhando para a Inglaterra e Reino Unido como um todo, identificou que o “pauperismo oficial, ou seja, a parcela da classe trabalhadora que perdeu sua condição de existência e que vegeta graças as esmolas públicas” (Marx, 2011, p-476) advinha deste perfil estrito, na etapa atual do imperialismo e das novas cadeias produtivas do valor-trabalho e avanço do imperialismo, essa parcela do pauperismo se mostra de alguma maneira integrada a exploração de mais-valia das grandes corporações, bem como, da economia doméstica, interna dos países.

Certamente, desencadeada pela dualidade contraditória de repelir e subutilizar toda e qualquer força de trabalho, a superexploração e as novas formas de vilipêndio do capital, para a superexploração da força de trabalho, *os doentes, coxos e viúvas* estão amplamente inseridos na gama de relações trabalhistas precarizadas, principalmente na parte do comércio e serviços⁶. Além do mais, se ampliarmos a

5 Mais à frente, o autor destaca um dos motivos de excluir a população pauperizada da combinação interna que compõe a massa do precariado. Em sua nota de rodapé [18], sucessora a citação da passagem de Marx no O Capital, Braga assinala: Como Marx deixa entrever nesta passagem, não devemos o fato de o pauperismo, a despeito de não cumprir função no tocante à exploração econômica, permanecer vinculado à esfera do consumo dos meios de subsistência. (Braga, 2013, p.215)

6 Segundo Antunes (2018) a prática de vilipêndio da acumulação das classes dominantes, por exemplo no setor de serviços e comércio se utilizam das diversas particularidades que impedem do pauperismo em buscar postos de trabalho com certa formalidade, subutilizam essa força de trabalho com a prática um tanto usual, do Just in Time, o que é recorrente na rede fast-food como o McDonalds e da rede Walmart e que se diga, foi comprada pela megacorporação da rede Carrefour.

concepção do pauperismo para além de sua condição debilitada ou impedida de venda da força de trabalho, mas pensarmos nas inflexões das instâncias políticas e ideológicas que pormenorizam as classes e suas frações na formação social capitalista brasileira, poderíamos elencar o papel central dos trabalhos que contribuem na geração de renda e riqueza, contudo, não são contabilizadas no PIB, mas que contribuem na manutenção da criação de mais-valor.

Os trabalhos, portanto, de uma vida inteira de mulheres donas de casa que atravessaram o ciclo virtuoso de desenvolvimento do século passado e da desertificação neoliberal atual, que sempre estiveram “inaptas” do ponto de vista ideológico e político, das formas condicionantes do patriarcado e do racismo estrutural, para a venda da força de trabalho, sempre cumpriram um papel elementar na garantia de uma ampla reprodução de vida para a venda da força de trabalho, na conformação das grandes cidades até o momento atual de aprofundamento da crise social, onde as diligências do cuidado familiar, físico, sanitário, emocional, do planejamento econômico e até mesmo, parcialmente, superexploradas por megacorporações que extraem mais valor, sem vínculo empregatício, falseadas pelos discursos de mulher empreendedora ou de negação de sua identidade como vendedora⁷ são flagrantes expressões, de alto relevo, de uma franja ampla, vital de que o “pauperismo” faz parte do precariado. Donas de casas, mães solas que por hora, utilizam até mesmo recursos do programa bolsa família para geração de renda. Deste modo, acreditamos que no caso brasileiro, a combinação da população latente, flutuante, estagnada e o pauperismo são a unidade interna do precariado, ficando de fora apenas os/as trabalhadores/as profissionais e o lumpemproletariado, na qual este último, acreditamos que de forma substancial em nenhuma das estruturas do econômico, do político e do ideológico contribuem para a agitação política do precariado ou são superexploradas pelo capital.

7 Na pesquisa realizada por Ludmila Costhek Abílio sobre a relação de mais de um milhão de mulheres que trabalham com as empresas do ramo de cosméticos, a professora da PUC-Minas, descobre o fruto, o ponto fulcral dessa relação que “põe em evidência duas questões que aparecem e se repetem ao longo das entrevistas: primeira, o trabalho de revendedora pode de fato não ser reconhecido como trabalho; segunda, enquanto algumas constroem a identidade de vendedoras, outras preferem negá-la, de acordo com sua trajetória profissional” (Abílio. 2014, p-40). Mais à frente, subsidiada por relatos, a autora infere por exemplo, que a remuneração da tabela fixa, de rendimento das assim chamadas “consultoras” pode chegar a 30%, porém, é recorrente que o preço da renda obtida, seja revertida quase que totalmente em descontos para os clientes, ou em novos produtos para consumo próprio das consultoras ou para presentear a família. Sem mencionar que, o cadastro das mesmas, pela internet, para a compra, catalogação dos pedidos etc, são acompanhadas de uma taxa mensal pelo serviço da plataforma.

1.2 O valor do precariado

Dialeticamente, se acima tentamos apresentar uma restauração da concepção da relação fração de classe, pormenorizada dentro da perspectiva política e ideológica, isolando a influência de uma visão limitada do economicismo, assim como, pincelar evidências de que até mesmo o pauperismo está de alguma maneira, submetidas a extração de mais-valor e por conseguinte integrada ao campo econômico, além do seu papel de consumidor(a) de mercadorias. Mais à frente queremos reintroduzir a partir de Marx, a concepção de trabalho produtivo, improdutivo, imaterial e material, afim de ampliar e até mesmo descortinar uma concepção eurocêntrica e no caso brasileiro, sudestina-sulista de que a produção de valor e acumulação de capital circundam apenas a industrialização ou o trabalho material.

A motivação que enseja aprofundar a discussão se coaduna em dois possíveis erros que possam ser repetidos: (i) de que as cadeias produtivas seriam apenas do capital produtivo maquinário, produtor de bens duráveis e não duráveis; (ii) consoante a primeira, acompanha a ideia de que o precariado estaria inserido em atividades econômicas assalariadas fora das cadeias produtivas de valor de bens (por não ser um “operário” que estaria diretamente ligado ao ramo da produção) que irreversivelmente, porventura, não teria peso político na luta de classes no Brasil; . Decerto, a ambientação acerca das diferenciações contidas em Marx sob trabalho produtivo, improdutivo, material e imaterial associadas a perspectiva histórica atual do precariado do último período do neodesenvolvimentismo, assenta uma facilidade em desenvolver na próxima seção, notas mais gerais da luta de classes, da economia política daquele último capítulo da nossa formação social e econômica intermediadas pelos governos petistas. Que embora não sejam a centralidade teórica do presente artigo, acreditamos ser interessante para o/a leitor/a pincelar questões candentes e complementares em justaposição ao objeto central desse texto, contidas na seção posterior.

Mas antes, trataremos do ponto sobre os proletários precarizados e o trabalho produtivo. A formação econômica social brasileira, como sabido, é calcada em séculos de escravização de trabalho indígena, negra e colonização em consonância com sua inserção em uma nova divisão internacional do trabalho, de forma tardia, que logrou persistir, até mesmo frente a abolição da escravatura, conformação de República e a revolução de 1930. Após a “revolução de 30”, o padrão de acumulação taylorista primitivo colapsado entra em declínio pela tônica da modernização paulatina do padrão fordista tripartite com a formalização da proteção social dos

salários, como nos lembra (Cardoso, 2010, p. 185) “o Estado capitalista brasileiro construiu uma utopia irresistível num ambiente de grande vulnerabilidade socio-econômica das massas: a utopia da proteção Estatal representada pela legislação social e trabalhista”. Levando ao cabo uma crescente massa de trabalhadores e trabalhadoras migrantes, oriundos principalmente do nordeste brasileiro, para o sudeste, esperanças pela promessa de uma qualidade de vida, sob a insígnia do trabalhador nacional e um padrão de produção e consumo de massas do que as formas progressas do país.

Tal utopia, legitimada pelos numerosos e gradativos bolsões de trabalhadores e trabalhadoras, antes camponeses(as), era legitimada por um pacto social entre as classes, que segundo (Cardoso, 2018) esse consenso se deu de forma ativa constituída pela base de trabalhadores migrantes, que se integravam a indústria e a construção civil, quase sempre de postos de trabalhos precarizados sempre mobilizados pela luta por melhores salários, segurança do e no trabalho, em contraponto a extasia e o consenso passivo das lideranças sindicais em grande parte trabalhistas-populistas e em certa medida comunistas em que se aquartelavam nas posições burocráticas do sindicalismo recente, frente ao mecanismo de acumulação despótica de capital da tardia e virtuosa produção fabril daquele momento, empurrando o populismo sindical, o populismo varguista e o estado desenvolvimentista a cumprir efetivamente a promessa da sociedade salarial, do Brasil moderno. Aliás, esse jovem precariado atravessou durante a história recente brasileira, da regulação populista, autoritária, perpassando a transição *lenta, gradual e segura* com a redemocratização da sociedade civil, por intensos processos de experiências organizativas populares, pressões políticas de grande fôlego e conquistas importantes a partir do chão de fábrica e nas formas organizativas populares de bairro.

Contudo, o capitalismo e sua capacidade *destruidora* no sentido negativo, agora sob o neoliberalismo, que por sua vez é marcada pela intensa espoliação, exploração e degradação da vida humana, de recursos naturais e no caso brasileiro (Antunes, 2005b), submissa ao capital financeiro que destruiu conglomerados nacionais, privatizou serviços essenciais de telecomunicações, água, energia, saúde, educação, bancos estatais entre outras coisas. Que com o fim da União Soviética, somada a globalização da nova divisão internacional do trabalho tendo como fiel escudeira, a ideologia do fim da luta de classes e da sociedade do trabalho com o ascenso da reestruturação produtiva do *Toyotismo*, avanços tecnológicos e novas formas de extração de mais-valor que iniciaram-se pelo Norte global e conquistou o delírio neoliberal na América Latina, em especial no Brasil, abalaram não só as ideias organizativas do saber-fazer organizativo do precariado jovem fabril

precedente, como até mesmo foi colocado em xeque, pelos próprios marxista as teses de Marx fundadas sobre a economia política da teoria do valor-trabalho. Evidentemente o crescimento do setor de serviços e comércio, o trabalho digital foram o vetor das peripécias do neoliberalismo para essa problemática.

Embora Marx tenha causado a morte sobre as dúvidas de quem produz mais-valor e Ricardo Antunes tenha exorcizado recentemente o mesmo demônio saudosista- e em certa medida compreensível- das formas de trabalho, geração de renda e riqueza anteriormente, acreditamos ser necessário expô-las de tal forma, que possamos delimitar e analisar concretamente sob a luz do marxismo as mudanças que se avizinham ou já fazem morada no capitalismo dependente brasileiro.

Revisitando a obra *O Capital I* e *O Capital II*, iremos perceber que Marx ao olhar a particularidade avançada do modo de produção da Inglaterra, conseguiu captar de maneira brilhante duas questões-chaves para entender o complexo da forma de produção capitalista. A primeira é referente ao edifício da totalidade social, da integralidade da produção de mercadorias e capitais e da extração de mais-valor, a segunda é vinculada a ampliação de mais-valor contida em outros ramos da totalidade da produção em que de forma integrada pela concentração e centralização de capital, há na *rotação do capital*, com a produção, circulação e consumo, uma autonomia das atividades econômicas, onde o trabalho produtivo estaria presente.

Vejamus a primeira questão. Marx, no capítulo 14 nos lembra sobre a totalidade da produção:

O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho. Desse modo, a ampliação do caráter cooperativo do próprio processo de trabalho é necessariamente acompanhada da ampliação do conceito de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções. (Marx. 2011, p-382)

Nesta situação concreta, particular em que Marx olha para o capitalismo, a centralização e concentração de capitais já existia, embora não fosse hegemônica nos demais países capitalistas, como aconteceria no século XX, mesmo a centralização e concentração sendo incipiente, Marx já havia descoberto essa dinâmica complexa, do trabalho concreto que produz mais-valor. Posteriormente, Marx também nos adverte, agora já no segundo volume II d' *O Capital*, acerca da necessidade do eixo da prestação de serviços, de outros tipos de trabalho vivo na circulação da produção, para assim, realizar o seu ciclo, ao falar a exemplo, sobre a centralidade do transporte e armazenamento onde o tempo de realização não só da produção, mas da circulação são artificiais do capital:

Quanto mais transitória for uma mercadoria e, por conseguinte, quanto mais imediatamente após sua produção ela tiver de ser consumida e, portanto, também vendida, tanto menos ela pode se distanciar de seu local de produção, mais estreita é sua esfera espacial de circulação e mais local é a natureza de seu mercado de escoamento. Assim, quanto mais transitória for uma mercadoria, quanto maiores forem, por suas qualidades físicas, os limites absolutos de seu tempo de curso como mercadoria, tanto menos ela é apta a ser objeto da produção capitalista. Esta só pode se instalar em locais de grande densidade populacional, ou na medida em que as distâncias se encurtem graças ao desenvolvimento dos meios de transporte. Mas a concentração da produção de um artigo em poucas mãos e num local populoso pode criar um mercado relativamente grande também para esse tipo de artigos, como, por exemplo, nas grandes cervejarias, leiterias etc. (Marx, 2014, p. 207 apud, Antunes, 2018, p.45).

Concretamente o que isso nos diz? Decerto, as afirmações de Marx concretamente desvendam sobre o fenômeno da indústria de serviços, não só do setor de transporte e armazenamento como o Marx havia identificado, mas que amplia diversos outros ramos que outrora impera hoje como principal atividade econômica interna do país nas modalidades formais e informais. Além disso, ela nos importa para desvencilhar a ideia de que os serviços estão majoritariamente ligados apenas pela demanda ofertada por trabalhadores/as de forma individual. O

instigante debate trazido pelo professor Marcio Pochmann, recentemente em um debate no GT econômico do Projeto Brasil Popular⁸, afirmou que a persistência de atividades no setor de serviços do país, estariam ligados a marca da profunda concentração de renda das famílias de classe média e classes abastadas, onde a oferta de serviços estariam vinculadas a necessidade de consumo dessas famílias. O que em parte é verdade, porém, acompanhando as formulações de (Antunes, 2018) sobre a interdependência e interseccionalidade da indústria de produção de bens, a indústria de serviços, os serviços industriais e a agroindústria regida pela trípole degradativa da força de trabalho: com a terceirização, a informalidade e flexibilidade introduzidas e fortalecidas nas grandes corporações, podemos identificar a partir disso, a exploração da força de trabalho e a altas taxas de lucro⁹ destas atividades econômicas desse setor de serviços, exaltando a mudança da principal atividade econômica e formação de postos de trabalho, não apenas pela disponibilidade de força de trabalho “autônomas”, cujas relações trabalhistas são pactuadas de forma pessoal, mas também pelas novas formas de postos de trabalho precarizados, criados pela indústria de serviços

Ademais, o que impera na nova elevação complexa da divisão do trabalho, das cadeias globais de valor, herdadas do *Toyotismo*, é ainda a imbricação de trabalho produtivo-improdutivo e imaterial-material. Se incorporamos a noção

8 Será usual no artigo recorrer aos debates, palestras e aulas disponibilizadas na internet, em virtude de três questões, da qual julgamos importantes para a produção acadêmica: a) de que a internet democratiza o acesso a debates de autores brilhantes e temas complexos para a melhor compreensão; b) introduz debates atuais e vinculados a outro tipo de produção do conhecimento para além da academia, e; c) torna as discussões presentes, principalmente em artigos, mais atuais em consonância ao temas relevantes apresentados nos formatos virtuais. Para assistir o debate na íntegra, acessar o link: <https://www.youtube.com/watch?v=wnppA31y9BM>

9 Das 11 empresas mais ricas do ponto de vista do valor de mercado e lucro no Brasil, três são bancos privados que embora saibamos que a sua rentabilidade venha centralmente dos juros e dividendos da dívida pública e não propriamente da exploração da força de trabalho de seu quadro profissional, largamente os bancos estão utilizando força de trabalho na esfera digital, programadores para desenvolvimento e manutenção de plataformas e aplicativos, operadores de marketing, segurança privada, limpeza. Além disso, apresentam-se a Magazine Luiza que é uma verdadeira plataforma digital de oferta de serviços de outras empresas, comércio e uma agência de publicidade de produtos. Ainda se destaca a Telefônica Brasil que a grosso modo ofertam serviços de telefonia e internet as famílias, também ofertam as empresas, o serviços de call center. Informações retiradas do sítio idinheiro, acesso pelo link: <https://www.idinheiro.com.br/negocios/empresas-mais-ricas-do-brasil/>

marxiana¹⁰ dessa simbiose, em especial, do trabalho produtivo-imaterial na indústria de serviços, poderíamos inferir que o precariado não é somente uma força motriz, mas uma fração-força dirigente da classe trabalhadora no país, capaz de atingir o coração do capital brasileiro, pela sua penetração em diversos ramos da produção. Esse ponto de intelecção é chave para entender as mudanças vigentes não apenas das relações trabalhistas, mas também do conjunto de técnicas que o capital gerencia nas suas formas de exaurir a força de trabalho em detrimento de mais-valor, de intensificação, extensão, diminuição de salários e burla do que resta de proteção social do trabalho. A exemplo disso, seguindo a ode da tristeza da reforma trabalhista vigorada em 2017, delineiam a interseccionalidade que se apresentam na indústria de serviços, nos serviços industriais e na agroindústria. Em detrimento da contratação de serviços industriais terceirizados para empresas maiores, afim de reduzir custos com a força de trabalho e encargos trabalhistas.

Cabe ressaltar que a informalidade que se apresenta como vínculo empregatício ou pelos assim chamados *por conta própria* cresceu no acumulado de uma década, conhecendo os novos testes gerenciais de controle da força de trabalho.

2. Nada é impossível de mudar¹¹

Acima tentamos demonstrar o papel em que o precariado cumpre, mesmo sem a particularidade da especialização do trabalho agregado no país produtora de bens duráveis, como a partir da leitura marxista, o proletariado precarizado, em

10 Marx ao compreender a amplitude do trabalho produtivo com o trabalho imaterial, aponta: A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente de mais-valor [...]. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar com a cabeça das crianças, mas exige de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas a relação entre atividade e efeito útil entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar. (Marx, 2014, p.578, apud Antunes, 2018, p.52)

11 Título do poema de Brecht: Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. Examinais sobretudo o que parece habitual. Suplicamos expressamente: Não aceiteis o que é de hábito como coisa natural pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve, nada deve parecer impossível de mudar. Poema retirado do livro Bertold Brecht 100 Poemas (1898-1956).

especial nos serviços estão constantemente sendo explorados e produzindo valor. Acreditamos que agora, é tentar apresentar as formas em que o trabalho vem sendo organizado nesse estágio atual de ofensiva do imperialismo e do capital financeiro.

O processo de mudanças disruptivas da política econômica dos governos neodesenvolvimentistas¹² tiveram do ponto de vista da predominância da política econômica neoliberal na história recente (1990-2021), contradições que acentuaram uma relativa distribuição de renda em conformidade, não apenas entre as classes, mas entre as regionalidades, pelos programas sociais que possibilitavam a geração de renda, crédito ao consumo das famílias de forma imediata, assim como, uma crescente na produtividade do trabalho e a política de ganhos reais com o aumento dos salários dos trabalhadores e trabalhadoras. Contudo, se esses indicadores faziam parte do modo de regulação neodesenvolvimentista, paralelamente a rotatividade como ordem nos postos de trabalhos e os salários abaixo da capacidade de produção e da reprodução da força de trabalho também foram um imperativo do mesmo período¹³.

A ampliação da degradação do trabalho nos governos neodesenvolvimentistas demonstraram apenas os indícios de mudanças qualitativas na organização do trabalho, resultante de alta intensividade de ritmos e metas de produtividade, extensas jornadas de trabalho e salários baixos- mesmo com o aumento real do salário mínimo- estranhamente combinadas em formas intermitentes, que por hora, ou subutilizam a força de trabalho, a depender da demanda de bens e serviços,

12 Aqui entendemos como governo neodesenvolvimentista a regulação das instituições do estado orientadas pelo regime de acumulação financeirização, neoliberal, na reprodução dos conflitos sociais, perpetradas pelas cinco formas relevantes da estrutura social, a saber: (i) a organização da moeda e do crédito; (ii) a inserção internacional; (iii) a relação entre os conflitos de capital-trabalho (relações trabalhistas e previdência social); (iv) a forma das estruturas industriais, e; (v) o padrão de ação estatal (BOYER, 1976). Por seu turno, a *Frente Neodesenvolvimentista* em nossa compreensão é uma forma política e ideológica de "dominação social", em que as classes e frações de classes dominantes e subalternas pactuaram um modelo de desenvolvimento plasmado pelo consenso ativo e hegemônico das frações dominantes da burguesia interna a despeito da porosidade de interesses do imperialismo, combinando com uma legitimação despolitizada do precariado urbano em detrimento de um parco ideário de uma sociedade de consumo de massas, sem organização sindical e de movimento popular orientada pela formação política, combinada com uma agenda de reformas estruturais. Para saber mais, ver *Reforma e Crise Política no Brasil: Os conflitos de classes nos governos do PT*. Armando Boito Jr - Campinas/ Editora da Unicamp, 2018.

13 Segundo (Pochmann, 2012) participação relativa dos salários na renda nacional aumentou 10% enquanto os rendimentos oriundos da propriedade decresceram. Sendo que dos 2,1 milhões de novos postos criados todo ano, cerca de 2 milhões remunerava mensalmente o trabalhador com até 1,5 salário mínimo.

ou dão uma roupagem com novos léxicos de relações empregatícias que burlam as leis trabalhistas e precarizam mais ainda os trabalhadores e trabalhadoras.

Com o advento da chamada indústria 4.0 e o trabalho digital voltado para a produção de bens e serviços, introduzidas pelas megas corporações que controlam hegemonicamente os mercados, na relação de oferta de mercadorias mais acessíveis em relação ao preço, como produtos de qualidade pari passu a oferta de serviços, as multinacionais ou empresas nacionais aos poucos vão introduzindo as novas formas laborais.

O curto salto de aproximadamente 40 anos da terceira revolução industrial (*Toyotismo*) para a indústria 4.0 e suas “fábricas inteligentes” podem pôr em xeque não apenas a instabilidade dos trabalhadores/as, como apagar na sociabilidade capitalista várias estruturas ocupacionais como vemos hoje. Três formas peculiares que ensejam os novos tempos modernos, já são introduzidas ao dissabor do precariado mundial e brasileiro. A primeira, amplamente utilizada como concepção de organização do trabalho produtivo e material nas plantas industriais brasileiras, é o controle das máquinas no tempo-espço dos operários com ritmos de crescimento das jornadas de trabalho e intensividade da produção, onde até mesmo as formas de resistência de controle da produção dos trabalhadores/as são “experiência dos antigos”, já que a operação *maquínico-digital* embora necessite do labor que maneja esforço físico e capacidade intelectual para operá-las, ainda sim são postos de trabalhos que não demandam uma formação profissional qualificada ou de o conhecimento prático de operários que paralitem por completo a produção, oportunizando, evidentemente que as empresas possam demitir e contratar força de trabalho, ainda mais com a taxa de desemprego beirando os 20% da população economicamente ativa. A segunda vem sendo denominada de *Fábrica Inteligente* ou *Speed Factory* iniciada em 2014 na Alemanha,¹⁴ onde a automatização operacionalizada por robôs em todo o processo de produção de mercadorias já estão previamente estabelecidas e programadas em quantidade e tempo, nos ritmos de produção, podendo substancialmente destruírem postos de trabalhos ou antigas formas ocupacionais no processo produtivo. Segundo (Arntz; Gregory; Zierahn; 2016) em um paper, os autores apresentam estudos realizados principalmente para os EUA e a Europa, onde estimam que no primeiro exemplo acima, das plantas industriais, pensando a partir da sua classificação da estrutura ocupacional de

14 Para mais informações, consultar a matéria retirada no sítio da revista Exame, disponível no link: <https://exame.com/revista-exame/a-fabrica-do-futuro/>

empregos manuais rotineiros, manuais não rotineiros e cognitivos rotineiros que são em média, funções laborais na indústria, “[o] estudo sugere que 47% de todas as pessoas empregadas nos EUA estão trabalhando em empregos que poderia ser executado por computadores e algoritmos nos próximos 10 a 20 anos¹⁵. (Arntz; Gregory; Zierahn; 2016, p-7). A Europa, amargaria a destruição de postos de trabalho, por cerca de 45 a 60% de um potencial de automatização da força de trabalho. (Arntz; Gregory; Zierahn; 2016, p-8.

Não obstante, embora o processo de investimento em ciência e tecnologia, problemas na macroeconomia brasileira, somadas a baixa disponibilidade de crédito por parte do estado para a retomada da industrialização brasileira, o Ipea¹⁶ apresenta uma tendência latente para a opção à automatização rápida de diversas empresas de bens e serviços em que no universo de 2.602 CBOs¹⁷, o exorbitante número de 2.046 CBOs que permeiam as diversas classes e suas frações no Brasil estão ameaçadas pela automação da inteligência das coisas.

Caso as empresas decidam por automatizar essas profissões com alta chance de automação, então aproximadamente 30 milhões de empregos estariam em risco até 2026. Esse cenário é o mais fidedigno, uma vez que a automação de tarefas para as firmas produziria um aumento na eficiência de seus processos, redução de custos, além da possibilidade de certas atividades serem executadas 24 horas, sete dias por semana. (IPEA, 2019, p-26)

A partir dos dados apresentados e das formas que ensejam a nova reestruturação produtiva no mundo, o que podemos inferir é de que não só poderá haver a destruição de trabalho vivo que socialmente conhecemos hoje como úteis, como um deslocamento de uma proletarianização da classe média, em uma condição precária. Se (Antunes; Braga, 2009) já inquiriam em sua pesquisa de caso, algumas pistas de que o precariado ou *infoproletários* que ocupavam a indústria de Call Center e paralelamente estudavam para obter um mínimo de qualificação no ensino superior para superar os postos de trabalhos precarizados no setor de serviços, dada a sua característica de uma qualificação escassa, somada a falta de perspectiva de uma formação e projeção profissional em seus empregos, do saber-fazer profissional a

15 Tradução Nossa.

16 Publicação de uma série de pesquisas do Ipea, intitulado: Na era das Máquinas, o Emprego é de Quem? Estimação da Probabilidade de Automação de Ocupações no Brasil. Disponível no link: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9116/1/td_2457.pdf

17 A Classificação Brasileira de Ocupações-CBO. Que tem por objetivo analisar e classificar as diversas atividade profissionais regulamentadas ou exercidas por profissionais liberais.

partir da experiência laboral, para alçar novas ocupações melhor remuneradas e menos precárias, agora apresentam-se nesse novo período, um precariado jovem mais qualificado, precarizado não mais pela sua condição de baixa qualificação profissional- uma vez que a graduação já seria uma realidade dessa parcela de trabalhadores e trabalhadoras que ocupam atividades profissionais remetidas e ocupadas pela classe média-, mas sobretudo pelo esgarçamento das contradições do subdesenvolvimento, onde essa classe média incorporaria a dinâmica e dilemas do precariado, ou porque historicamente profissões “da classe média” desapareceriam e a mobilidade social à procura de emprego seria para a migração na esfera informal e de serviços, ou senão, cumpririam subfunções manuais e precarizadas ligadas a perenidade de eventuais cumprimento dessas subfunções que destravariam a produção automatizada, como a subfunção de manutenção, por exemplo.

Por fim, uma terceira grande tendência de transformações no mundo do trabalho estão vinculadas a produção de dados, das grandes corporações que monopolizam a disponibilização destes mesmos dados, no gerenciamento algorítmico e de macro dados, as chamadas Big Datas. Desse modo, duas movimentações no sentido do trabalho, estão ensaiando uma certa “normalidade”, sob à busca de trabalho e alguma renda. A primeira, com características de emprego formal ou *freelancers*, trabalho que demanda qualificação profissional e estão vinculadas as grandes corporações como Google, Amazon, Facebook e Apple estão deslançando na competição de mercados.¹⁸ Uma outra situação deslocada, que atua sobre o padrão de algoritmos nas redes sociais, contudo, diferenciada da primeira ação mencionada acima, que demanda menos de especialização da força de trabalho, mas, que contém um teor de alta precarização dos trabalhadores/as, vem como mais um expoente nessa roupagem do trabalho informal e digital. Esse expoente do trabalho digital, em que um crescente número de pessoas são contratadas pelas

18 O monopólio do controle do perfil de consumo em massa, contribuem para a alta lucratividade destas empresas. Na medida em que estas antigas startups que se tornaram mega corporações, se encontram em posição de vantagem na venda e oferta de produtos derivados ou da sua participação de capitais dessas produtoras ou das suas parcerias comerciais, afetando as chamadas economias de escopo e de escala, interna dos países. Inflexionando no ritmo de produção a partir da demanda direcionada, que por seu turno, tanto empresas vinculadas as Big Datas tanto contratam uma ampla força de trabalho, bem como influem nessa relação de aumento e subcontratação da força de trabalho de empresas produtora de bens duráveis. Para mais informações, consultar o estudo publicado na CADE. Documento de Trabalho- Concorrência em Mercados Digitais: Uma Revisão dos Relatórios Especializados. Brasília, 2020, p.46-49. Disponível pelo link: <https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos-economicos/documentos-de-trabalho/2020/documento-de-trabalho-n05-2020-concorrenca-em-mercados-digitais-uma-revisao-dos-relatorios-especializados.pdf>

redes sociais por terceiros, para cumprirem o papel de robôs virtuais orgânicos, ou seja, trabalho vivo que criam diversas contas fakes para alavancar a divulgação de pessoas públicas, produtos e serviços poderá ser uma preocupação se a financeirização do trabalho e o desemprego estrutural for a ordem do subdesenvolvimento financeirizado, nesse próximo período.¹⁹

2.1 Precariado e sua Capacidade Inventiva

Como nos lembra Marini (1973), o capitalismo brasileiro, como um desenvolvimento capitalista *sui generis*, assim o é, em seu fio condutor na recente história que sai das entranhas do escravismo colonial, não apenas pelo aspecto do subdesenvolvimento, mas também *sui generis*, das formas em que a classe trabalhadora e as classes dominantes encontraram em diversos momentos da história nacional, para pôr seus projetos em jogo, na ordem do dia. Assim, a reinterpretação do que foram as práticas políticas, subsidiadas pelas pesquisas em campo, das mais variadas etnografias construídas pela sociologia do trabalho em consonância com a memória das organizações da classe trabalhadora no Brasil é uma tarefa ainda difícil de ser ampliada. Seja pela secundarização da importância devida a ser dada na academia, seja pelos esquematismos teóricos e abstratos que pouco explicam a trajetória e o saber-fazer organizativo e político da classe trabalhadora, em alguns setores da esquerda brasileira. Setores de ambas as vertentes – setores de organizações da classe trabalhadora e da academia – se deparam com o problema da teoria da curvatura da vara²⁰.

Para tanto, explicações do tipo que empregam de forma indiscriminada a ideia de *reformismo*, *peleguismo* ou noções mais graves do ponto de vista político para a classe trabalhadora, de *que o povo não compreende* as questões mais

19 Recentemente em uma Live no canal do Youtube da Boitempo, no lançamento do livro *Os Laboratórios do Trabalho Digital*, um dos pesquisadores e organizador da obra, chama a atenção para a degradação dessa função de robô digital do trabalho vivo, em que uma pessoa pode chegar há gerenciar à cerca de doze páginas no instagram e facebook ao mesmo tempo em diversos momentos do dia, recebendo por média, entre vinte centavos à dois reais por dia. Link da live, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NQw95xZR9Gk>

20 Lênin após ser criticado de radical por seus camaradas de partido e organizações da classe trabalhadora na Rússia e a Segunda Internacional, sintetizou em um dos seus discursos, acerca da teoria da curvatura da vara, em que profere: Quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto. “

importantes e estratégicas no bojo da luta de classes, sempre deve haver uma diligência maior para interpretação da luta popular e sindical no Brasil. Considerando também as contribuições originais de Paulo Freire que desaguaram para a produção de um conteúdo mais direcionado no espectro dos métodos do trabalho de educação popular com os movimentos sociais, a exemplo do Cepis, seguimos na tônica já conhecida, de que nem a postura vanguardista, muito menos o basismo, podem ser parte da produção teórica analítica, nem da prática política do saber-fazer do precariado brasileiro.

“O que é preciso é encarnar esse princípio quando a gente se aproxima da massa popular arrogantemente, elitisticamente para salvar a massa inculta, incompetente, incapaz! Essa é uma postura absurda, até porque não científica. Há uma sabedoria que se constitui na massa popular, pela prática.” (Peloso, 2012, p. 26). Mais abaixo, Freire assinala: “[...] Mas existe também outro equívoco que chamo basismo: ou você está na base o dia todo, a noite toda, mora lá, morre lá, ou não dá palpite nunca! Isso é conversa fiada, não dá certo! Esse negócio de superestimar a massa popular é um elitismo às avessas”. (Peloso, 2012, p. 26).

Já que Freire sempre nos lembra - “meus livros são sempre relatórios, embora relatórios teóricos, feitos a partir da prática. [E] quem pretende trabalhar com esses relatórios deve estar disposto a recriar o que fiz, a refazer, e não só copiar; a reinventar as coisas” (Peloso, 2012, p. 21). É partindo dessa ambientação comum, crucial para o entendimento da organização do precariado, que queríamos chamar atenção para uma reinterpretação breve, contudo, importante do que foi o ciclo de ascenso da luta de massas no Brasil (1976-1989), vista quase sempre como um ascenso dirigido e conformado pela reorganização da esquerda, onde lideranças de diversas correntes, foram encontrando os caminhos para a retomada da luta política e econômica com o apoio das massas. Criticando o processo de análise estruturalista ao excesso, de que elementos exteriores suplantam toda e qualquer apatia desprovida de capacidade organizativa da luta sindical e popular, seguimos as pistas de (Braga, 2013) que ao revisitar nas pesquisas etnográficas de Francisco Weffort, Ricardo Antunes e Albertino Rodrigues, podemos perceber que o precariado fabril nos ciclos de ascenso da luta sindical no *abc paulista*, se deu pela prática política signatária deste precariado, que é a noção de *inquietação operária*, herdadas pela trajetória do precariado anterior.

Tal *inquietação operária*, embora houvesse resiliência de pouquíssimos substratos de lideranças comunistas, foi capaz de, a partir dessa inquietação,

ressignificar práticas antes negligenciadas pelo sindicalismo populista²¹ nos períodos democráticos, bem como se desvencilhar e formatar um leque de táticas que pudessem neutralizar o sindicalismo *pelego* da ditadura militar. Que invariavelmente o centro dessa tática se via pela auto-organização da massa de trabalhadores pelas chamadas comissões de fábricas²². Destarte a essa situação um ponto fulcral para podermos fortalecer a mudança de análise sobre um dos múltiplos motivos da paralisia sindical presente no Brasil hoje, pode ser a partir do desvendamento do que foi o início da formação do PT e da CUT. A questão então, se apresenta pelo comportamento em que Lula e boa parte de quadros intermediários do sindicalismo ligado a construção do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores tratou o ciclo dos processos grevistas de 1976 a 1979.

Surpreendido pela vitalidade da greve de 1978, viu-se obrigado a ampliar a direção sindical por meio da criação das comissões de salários e de mobilização. Lula da Silva ergueu um consentimento ativo à sua liderança pela frequente incorporação às fileiras sindicais dos ativistas mais destacados nas empresas. Contou para isso com o decidido apoio de diferentes agrupamentos políticos reorganizados em torno do PT e da CUT. No encontro entre essas duas formas de consentimento, percebemos como a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitas daquelas lideranças provenientes das bases operárias. Além disso, podemos, da mesma maneira, notar em que medida o poder sindical oficial foi sendo conscientemente restabelecido pela burocracia, em detrimento das assembleias de fábrica. (Braga, 2012, p.188-189)

21 A resignificação se deu especialmente ao precariado açambarcar o processo organizativo para outras dimensões sociais que não fossem apenas do sindicalismo. Deste modo, um leque de organizações de mulheres de periferias de inúmeras capitais das regiões do país, ao formular uma capacidade organizativa e de luta sob a perspectiva de uma solidariedade de classe frente a carestia. Ademais (Braga, 2012, p. 183) os metalúrgicos do ABCD souberam combinar a resistência dentro das fábricas com uma flagrante mobilização política que açambarcou os mais diferentes espaços públicos ou semipúblicos: associações de amigos de bairro, estádios de futebol, igrejas.

22 [...] a explosão de consciência de classe promoveu a democratização do movimento sindical por meio da revivificação das comissões de fábrica. Extraíndo sua vitalidade das lutas no interior das fábricas, ou seja, prescindindo da estrutura sindical oficial para formular suas reivindicações, o ativismo das bases desafiou não apenas a hierarquia empresarial como também a própria burocracia sindical. (Braga, 2012, p-183)

Todavia, se a análise mais sociológica e etnográfica forneça pistas mais sólidas para o entendimento da reorganização da classe trabalhadora e da esquerda que moldou a luta de classes desde a redemocratização até aqui, a análise estrutural, já despontada na primeira e no início da segunda, no que foi o papel do neoliberalismo e avanço do imperialismo após o fim da U.R.S.S é igualmente necessária, para ser levada em consideração, para tentarmos entender a totalidade de quais são os entraves para a organização deste precariado pulverizado e cada vez mais crescente. Neste sentido, o que interpretamos é que o último capítulo social brasileiro, do *neodesenvolvimento* e da *frente neodesenvolvimentista* organizada pelo PT, não pode ser somente interpretada como uma escolha de sobreposição do interesse da burguesia interna brasileira em troca de *algumas migalhas aos pobres*, acrescida de uma mera opção do PT não lançar mão de organizar a classe trabalhadora. O que para nós é imperativo na análise, é justamente não ser levado em consideração como centro da formulação estratégica do PT e da CUT, a incorporação do trabalho de base como educação popular e da educação popular como trabalho de base.

A despeito do uso indiscriminado da ideia de que as classes subalternas, conseqüentemente os movimentos populares e sindical não tenham se mobilizado em todo esse período do neodesenvolvimentismo e até mesmo neste período atual, acreditamos ser crucial e usual o entendimento sobre o conceito de *classismo em estado prático* (Braga,2012) em que o precariado brasileiro tem. Aliás, o classismo em estado prático é um resgate do pensamento freiriano sobre a capacidade do povo ir construindo estratégias de sobrevivência que transbordam qualquer noção formal de *luta econômica* e *luta política* ou de uma suposta superioridade qualitativa desta luta política, sem a maciça participação popular. Deste modo, os formatos políticos de manter-se em diálogo com o precariado brasileiro tem sido o papel do que (Antunes, 2018) chama de *coágulos de solidariedade*, ou para os movimentos populares, de *política de solidariedade*, através de cozinhas populares, ações de combate à fome, notadamente, uma das formas em que a classe trabalhadora encontrou uma melhor posição dentro da luta de classes, no contexto atual de pandemia. Uma outra categoria chave que nos ajuda a entender que, embora não seja eficiente do ponto de vista estratégico, como um modelo organizacional que abarque o conjunto do precariado, as recentes combinações do que na obra

da *Pedagogia do Oprimido é chamada de temas dobradiças*²³ é a pulsão do precariado combinando formas de luta e organização, pincelando elementos de um sindicalismo com características de movimento popular e de movimento popular com elementos sindicais, a exemplo das recentes paralisações dos trabalhadores de aplicativos no Brasil, ou a exemplo dos trabalhadores/as argentinos/as²⁴, experiência essa que a esquerda brasileira precisa olhar de forma atenta.

Do chão onde a classe trabalhadora foi se integrando e formando consciência, tecendo organização política e popular, Paulo Freire, chama atenção para que duas coisas elementares sobre o ajuste entre o que de forma estrutural pensamos no trato dos conceitos e das mudanças na realidade, ao se deparar com a organização popular para identificar o que tem de novo, de errado da forma em que as organizações vem fazendo ao organizar o povo: i) de que a educação popular sempre é uma variável de níveis de ler o mundo dos problemas e situações concretas que já existe e aparecem com as formas de resolução prática das mesmas, sempre incompletas ou alheias ao seu conteúdo de classes (pelo fato de o povo-não-saber-tudo), contudo, identificada de forma coletiva pelos protagonistas que se deparam com tal realidade e vão achando formas de resolvê-las; ii) além disso, a tradição oral das diversas visões de mundo que vão se afunilando no espaço da coletividade como a rica experiência de produzir conhecimento através da linguagem falada, é matéria-prima e fonte inesgotável de sistematizar e sintetizar por quais vias as massas populares anseiam e vê sentido se organizarem.²⁵

-
- 23 Como tais, ora facilitam a compreensão entre dois temas no conjunto da unidade programática, preenchendo um possível vazio entre ambos, ora contém, em si, as relações a serem percebidas entre o conteúdo geral da programação e a visão do mundo que esteja tendo o povo. (Freire,1987, p-73)
- 24 A União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular-UTEP em português, é a organização do precariado que estão acantonados nas mais diversas atividades econômicas, dos informais, autônomos, os por conta própria, trabalhadores do setor de serviços e cooperativas. Reconhecidas formalmente pelo estado, que combinem a luta econômica (em especial um salário social mínimo) como uma das bandeiras de luta, para o desenvolvimento destas atividades chamadas de economia popular. Dessa forma, ao invés de se lançar como uma organização sindical e popular fragmentada por categorias, ou sem reconhecimento do estado e empresas para a negociação de demanda desse precariado argentino, a UTEP vem resgatando a solidariedade e a unidade dos subalternos em nível nacional. Em que o centro da tática de luta da UTEP dos ganhos econômicos parte da seguinte compreensão: Nosotros creemos que en primer lugar tenemos que negociar con: •El estado nacional en todos sus ministerios. •Los estados provinciales y municipales. •Los empresarios que afectan la actividad de cada sector. •La clase capitalista agrupada en las grandes asociaciones empresarias (Grabois;Pérsico, 2019, p.69) Portanto, o que a literatura chamou de agitação Polanyiana, com o avanço neoliberal na Europa(afirmando que a classe trabalhadora teria o debate do estado nacional como resolução dos problemas cotidiano das classes) é e sempre foi a prática organizativa das classes trabalhadoras do Sul Global.
- 25 Para melhor compreender as concepções de trabalho de base e educação popular nas periferias, ver: Freire, Paulo; Nogueira, Adriano. *Que Fazer? Teoria e Prática em Educação Popular*. Editora Vozes, Petrópolis, 1993, p.23-42.

Mesmo sendo duas afirmações gerais e até mesmo umas das várias interpretações sobre o saber-fazer do trabalho de base com educação popular, elas podem contribuir para enfrentar um dos principais entraves, do contramovimento da pujança explosiva e revolucionária do precariado brasileiro, que é a escalada do fenômeno pentecostal e neopenteconstal. Em uma recente pesquisa publicada no sítio da Tricontinental Brasil, (Cardoso, Miranda, 2020) nos desvenda que o sucesso político e do crescimento dos (neo)pentecostais se dão pela virada de quatro chaves, a saber: a evolução institucional na política; adaptação ativa das dinâmicas do capitalismo- superestrutura e estrutura; conformação de uma ideologia e cultura dialogada com a complexidade do mundo “pagão”; o atendimento as necessidades das pessoas; estas duas últimas imbricadas na relação de complementariedade, mais dificultosas para a organização do precariado urbano.

A perspectiva ideológica e cultural ao desenrolar do neoliberalismo, no seio do (neo)pentecostalismo foi se tornando hegemônica quando a comunicação de massas e o simbolismo que acompanha a tese geral de que a “sua existência eclesial, [foi] dando sentido para a vivência comunitária e tendo uma variedade de grupos religiosos nessas igrejas que buscam apontar a religião pentecostal como um possível instrumento de contestação social – a constante batalha interna de ressignificar a interpretação bíblica.”²⁶ Deste modo, o fenômeno (neo)pentecostal nessa chave em contraposição a Teologia da Libertação e CEB´s- diga-se de passagem um dos expoentes das ideias e organização do precariado brasileiro- foi deixando de cumprir sua função hegemônica, ao passo que igrejas (neo)pentecostais se afirmavam como a anunciação do evangelho frente a desordem e tirania, contudo, ao modo neoliberal, do discurso anti-sistêmico superficial.

À outra chave é relacionado a concretude cotidiana da vida do precariado e suas dificuldades. Que de forma feliz os autores, convidam a olhar essa necessidade não só a partir das *necessidades materiais*, mas também *necessidades imateriais*. É notório o trabalho dos evangélicos quando nos deparamos ao cuidado com algum parente familiar para a “libertação” de drogas e álcool, para um alívio financeiro e melhor convivência familiar. Além do mais, ainda sobre as necessidades materiais, a educação e planejamento financeiro que as igrejas trabalham com as famílias possibilitam quando não a abertura de pequenos negócios que são

26 Trecho do texto *O crescimento pentecostal e os desafios para o campo popular*. Texto retirado do sítio da Tricontinental Brasil, disponível no link: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-crescimento-pentecostal-e-os-desafios-para-o-campo-popular/>.

fortalecidas pela prática de compra e venda de produtos e serviços dos próprios pares de uma comunidade, ao menos o encaminhamento para empregos, embora precarizados. Sobre as necessidades imateriais, o que era comum nas CEB's, nos movimentos populares de moradia, nos movimentos de carestia nos bairros, hoje está sendo ocupado pelas igrejas (neo)pentecostais dos vínculos de solidariedade e da perspectiva de que fiéis podem e contribuem como um potencial líder religioso que é munido de prestígio, respeito e até possivelmente, de confortos materiais.

Tecendo algumas considerações

No início do artigo, como dissemos anteriormente, não pretende, mesmo que quiséssemos, contribuir com a totalidade das questões que envolvem o precariado urbano, temas como o crime organizado, políticas públicas, patriarcado-feminismo, racismo-luta antiracista, covid-19 e o formatos de organização do precariado não estão contidas, seja pela limitação do tema, seja pelas limitações de quem o escrevem.

O processo do saber-fazer do precariado brasileiro e suas organizações de esquerda sempre foi um fator complexo., dada as contradições em que o país fora forjado. Onde a elite, a burguesia brasileira, sempre foi um elemento covarde, desumanizante. Em que suas ações, sempre foram de tornar expectativas e sorrisos em lucratividade dos acionistas da empresa Brasil. Empresa essa, que é gerenciada pelo método da burla, da violência, espoliação e exploração. Empresa essa que seu principal aparato maquinico, é a máquina de moer gente. Dessa gente acostumada a um desce e sobe ladeiras, de cantos de liberdade, abençoadas pela força de Xangô. Gente simples, que por hora, o seu rastro de pólvora pode está espalhada, ter até virado poeira, mas que quando reencontrar a motivação pra sua combustão, o conteúdo explosivo será de labaredas inapagáveis, em que apenas sobrarão as cinzas das contas impagáveis que irão ter de cobrar. Decerto, a comanda está extensa, mais do que nunca!!



Referências bibliográficas

A) Livros

Abílio, Ludmila Costhek. Sem maquiagem: O trabalho de 1 milhão de revendedora de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.

Antunes, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula) I Ricardo Antunes. 2.ed. -Campinas, SP: Autores Assodados, 2005.

Antunes, Ricardo. O privilégio da servidão [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital / RicardoAntunes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018. (Mundo do trabalho)recurso digital

Antunes, Ricardo; Braga, Ruy. Infoproletários : degradação real do trabalho virtual / organizadores Ricardo Antunes, Ruy Braga ; autores Arnaldo Mazzei noqueira... [et al.]. - São Paulo : Boitempo, 2009.

Arntz, Melanie; Gregory, Terry; Zierahn, Ulrich. The risk of automation for jobs in OECD countries: A comparative analysis. OECD social, employment and migration working papers. No. 189, 2016.

Bogo, Ademar. Identidade e luta de classes/ Ademar Bogo- 2.ed - São Paulo: Expressão Popular, 2010. 264 p.

Boito Jr., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT/ Armando Boito Jr. - Campinas, SP: Editora da Unicamp/ São Paulo, SP; Editora Unesp, 2018.

Boyer, R. La croissance française de l'après-guerre et les modèles marcoéconomiques. Revue économique, v. 27, n.5, 1976.

Braga, Ruy. A política do precariado do populismo à hegemonia lulista. São Paulo – Boitempo, 2012.

Cardoso, Adalberto Moireira, 1961- A construção da Sociedade do Trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência sobre a persistência secular das desigualdade/ Adal-berto Carodos. - 2 ed. - Rio de Janeiro, Amazon, 2019.

Engels, Friedrich, 1820-1895 Anti-Dühring [recurso eletrônico]: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring / Friedrich Engels ; tradução Nélio Schneider. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

Freire, Paulo; Nogueira, Adriano. Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular. - 4° ed. - Petrópoles, RJ, editora Vozes, 1993.

Freire, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Grabois, Juan. Organización y economía popular. Juan Grabois y Emilio Miguel Angel Pérsico. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CTEP- Asociación Civil de los Trabajadores de la Economía Popular, 2015. V.5, 192 p.

Lanciere, Fillipo M; Morita Sakowisk, Patrícia A. Concorrência em Mercados Digitais: Uma revisão dos relatórios especializados. Departamento de Estudos Econômicos – DEE, Brasília, 2020.

Marx, Karl. Manuscritos Econômicos Filosóficos. 1° ed.- São Paulo: Boitempo, 2004.

Marx, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política- Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo - 2° ed. - São Paulo, Boitempo, 2011.

Melo Albuquerque, Pedro Henrique. et al. Na Era das Máquinas o Emprego é de Quem? Estimacão da Probabilidade de Automação de Ocupações no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2019.

Poulantzas, Nicos. Poder Político e Classes Sociais/ Nicos Poulantzas; tradução Maria Leonor F. R. Loureiro.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

Pochmann, Marcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide salarial brasileira. São Paulo, Boitempo, 2012.

Peloso, Ranulfo. Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis/ Ranulfo Peloso (Org). -- 1.d. -- São Paulo : Expressão Popular, 2012. 152p.

B) Links de matérias e artigos

Bretch, Bertold. Cinco Dificuldades no Escrever a verdade. Marxist.org, 27 de outubro de 2019. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/brecht/1934/mes/verdade.htm> >. Acesso em: 22 de jul. De 2021.

Cunha, Thainá. *Vejam Quais São as Empresas Mais Ricas do Brasil Atualmente*. Versão Atualizada em: 02/08/2021. Disponível em: < <https://www.idinheiro.com.br/negocios/empresas-mais-ricas-do-brasil/>>. Acesso em: 22 de jul. de 2021 e 04 de Ago de 2021.

Cardoso, André; Miranda, Fábio. *O crescimento pentecostal e os desafios para o campo popular*. Tricontinental Brasil, 11 de março de 2020. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-crescimento-pentecostal-e-os-desafios-para-o-campo-popular/>> Acesso em: 03 de ago. de 2021.

Melina, Costa; Stefano, Fabiane. *A era das fábricas inteligentes está começando*. Revista Exame, 07 de ago. de 2014. Disponível em: < <https://exame.com/revista-exame/a-fabrica-do-futuro/>> Acesso em: 03 de ago. de 2021.

Marini, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Marxists.org, 01 de dez. de 2012. Disponível em: < [Dialética da Dependência - Ruy Mauro Marini - exp. popular.pdf](#)> Acesso em: 03 de ago de 2021.

C) Links de vídeos no Youtube

Grohmann, Rafael. (Canal TV Boitempo). *Os laboratórios do trabalho digital*. Youtube, 02 de ago. de 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/c/TVBoitempo/search?query=laborat%C3%B3rios>>. Acesso em: 02 de ago. de 2021.

Pochmann, Marcio. (Canal Projeto Brasil Popular). *Transformações Atuais do Capitalismo*. Youtube, 09 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wnppA31y9BM&t=1622s>>. Acesso em: 28 de jul. de 2021.